



MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL
SUPERINTENDÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO DA AMAZÔNIA
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 02/2020
Travessa Antônio Baena, 1113, Marco.
e-mail: djair.alves@sudam.gov.br
Fone: (91) 4008-5701

A Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia – SUDAM torna público por meio de seu Pregoeiro, designado através da Portaria nº 359, de 04 de novembro de 2019, que fará realizar licitação, na data, horário e local abaixo indicados, na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO** – do tipo **MENOR PREÇO GLOBAL POR LOTE**, conforme descrito neste Edital. O procedimento licitatório será regido pelo Decreto nº 3.555, de 08/08/2000, pela Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, pelo Decreto nº 10.024, de 20/09/2019, pela Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006 alterada pela Lei Complementar nº 147/2014, pela Instrução Normativa nº 02, de 16/09/2009, IN/SLTI/MPOG nº 01, de 19/01/2010, pela IN/SEGES/MPDG nº 03, de 26/04/2018, pela IN/SLTI/Nº 05/2014, pela Instrução Normativa Nº 03/2018, IN Nº 05, de 26/05/2017, pelo Decreto nº 8.538, de 06/10/2015, Decreto nº 9.507, de 21/09/2018 e subsidiariamente, pela Lei nº 8.666, de 21/06/1993, bem como, pelas normas e condições estabelecidas neste Edital e seus anexos que o integram e as que vierem a alterar, e em conformidade com a autorização contida no Processo nº 590004/000047/2020-38.

1 – DO OBJETO

1.1. O objeto desta licitação é a escolha da proposta mais vantajosa para a prestação de serviços de **manutenção preventiva** (em quantidade variável **mensal**); e **corretiva** (pagas **por demanda**) e **instalação/remoção** de splits e aparelhos de ar condicionado (pagas **por demanda**), com ressarcimento de peças, dos aparelhos de refrigeração do tipo Split piso-teto, cassete e hi-wall, e self- wall mounted, bem como geladeiras, bebedouros e refrigeradores compactos, de diferentes marcas e modelos, do edifício da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), Trav. Antônio Baena, 1113 – Bairro: Marco – Belém-PA – CEP: 66.093-082.

1.2. A licitação será realizada em lote/grupo único, formados por 4 itens, conforme tabela constante no Termo de Referência e no Anexo II deste Edital, devendo o licitante oferecer proposta para os itens que o compõem, exceto o item 4 que permanecerá com o valor de R\$ 14.400,00 por ser destinado ao ressarcimento.

1.3. Em caso de divergência entre as especificações do objeto descritas no portal de compras governamentais e as especificações técnicas constantes no Termo de Referência – Anexo I, a licitante deverá obedecer a este último.

1.4. Constituem anexos a este Edital, dele fazendo parte integrante como se transcritos estivessem:

- **Anexo I: Termo de Referência e Anexos**

Anexo 1: Lista de peças (não exaustiva) que poderão ser utilizados na manutenção corretiva (pagas via ressarcimento)

Anexo 2: Planilha de custos e formação de preços

Anexo 3: Lista informativa com a localização espacial (por andar) dos equipamentos que serão mantidos(altura estimada em 2,90 metros entre pavimentos)

Anexo 4: Atestado de vistoria

Anexo 5: Declaração de pleno conhecimento do edital e do objeto licitado

- **Anexo II: Modelo de Proposta**

- **Anexo III: Modelo de Declaração de Sustentabilidade Ambiental**

- **Anexo IV: Minuta do Contrato**

2 – DA ABERTURA

2.1. A abertura da sessão publica ocorrerá por meio de sistema eletrônico, conforme indicado a seguir:

LOCAL: www.comprasgovernamentais.gov.br

DATA: 28/08/2020

HORÁRIO: 08h30 (hora de Brasília)

3 – DA DESPESA

3.1 A despesa anual com a contratação do serviço está estimada no valor global de **R\$ 186.183,96** (cento e oitenta e sei mil cento e oitenta e três reais e noventa e seis centavos), conforme o orçamento estimativo auferido na pesquisa de preços:

LOTE 1: R\$ 186.183,96 (cento e oitenta e sei mil cento e oitenta e três reais e noventa e seis centavos).

Item 1 (instalação): R\$ 36.341,40 (trinta e seis mil trezentos e quarenta e um reais e quarenta centavos).

Item 2 (manutenção preventiva): R\$ 44.867,28 (quarenta e quatro mil oitocentos e sessenta e sete reais e vinte e oito centavos).

Item 3 (manutenção corretiva): R\$ 90.575,28 (noventa mil quinhentos e setenta e cinco reais e vinte e oito centavos).

Item 4 (ressarcimento): R\$ 14.400,00 (quatorze mil e quatrocentos reais) – valor não pode ser menor.

4 – DA PARTICIPAÇÃO

4.1. Poderão participar deste Pregão interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação, e que estejam com Credenciamento regular no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, conforme disposto no art. 9º da IN SEGES/MP nº 3, de 2018.

4.1.1. Os licitantes deverão utilizar o certificado digital para acesso ao Sistema.

4.2. Não poderão participar desta licitação os interessados:

- 4.2.1 proibidos de participar de licitações e celebrar contratos administrativos, na forma da legislação vigente;
- 4.2.2 que não atendam às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);
- 4.2.3 estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;
- 4.2.4 que se enquadrem nas vedações previstas no artigo 9º da Lei nº 8.666, de 1993;
- 4.2.5 que estejam sob falência, concurso de credores ou insolvência, em processo de dissolução ou liquidação;
- 4.2.6 entidades empresariais que estejam reunidas em consórcio;
- 4.2.7 organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição (Acórdão nº 746/2014-TCU-Plenário);
- 4.2.8 instituições sem fins lucrativos (parágrafo único do art. 12 da Instrução Normativa/SEGES nº 05/2017)
 - 4.2.8.1 É admissível a participação de organizações sociais, qualificadas na forma dos arts. 5º a 7º da Lei 9.637/1998, desde que os serviços objeto desta licitação se insiram entre as atividades previstas no contrato de gestão firmado entre o Poder Público e a organização social (Acórdão nº 1.406/2017- TCU-Plenário),

mediante apresentação do Contrato de Gestão e dos respectivos atos constitutivos.

4.2.9 sociedades cooperativas, considerando a vedação contida no art. 10 da Instrução Normativa SEGES/MP nº 5, de 2017.

4.3. Nos termos do art. 5º do Decreto nº 9.507, de 2018, é vedada a contratação de pessoa jurídica na qual haja administrador ou sócio com poder de direção, familiar de:

- a) detentor de cargo em comissão ou função de confiança que atue na área responsável pela demanda ou contratação; ou
- b) de autoridade hierarquicamente superior no âmbito do órgão contratante.

4.3.1 Para os fins do disposto neste item, considera-se familiar o cônjuge, o companheiro ou o parente em linha reta ou colateral, por consanguinidade ou afinidade, até o terceiro grau (Súmula Vinculante/STF nº 13, art. 5º, inciso V, da Lei nº 12.813, de 16 de maio de 2013 e art. 2º, inciso III, do Decreto nº 7.203, de 04 de junho de 2010);

4.4. Nos termos do art. 7º do Decreto nº 7.203, de 2010, é vedada, ainda, a utilização, na execução dos serviços contratados, de empregado da futura Contratada que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança neste órgão contratante.

4.5. Como condição para participação no Pregão, o licitante assinalará “sim” ou “não” em campo próprio do sistema eletrônico, relativo às seguintes declarações:

4.5.1. que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49.

4.5.1.1. nos itens exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame;

4.5.1.2. nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

4.5.2. que está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos;

4.5.3. que cumpre os requisitos para a habilitação definidos no Edital e que a proposta apresentada está em conformidade com as exigências editalícias;

4.5.4. que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

4.5.5. que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

4.5.6. que a proposta foi elaborada de forma independente, nos termos da Instrução Normativa SLTI/MP nº 2, de 16 de setembro de 2009.

4.5.7. que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

- 4.5.8. que os serviços são prestados por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação, conforme disposto no art. 93 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991.

4.6. A declaração falsa relativa ao cumprimento de qualquer condição sujeitará o licitante às sanções previstas em lei e neste Edital.

5 - DO CREDENCIAMENTO

5.1. A licitante deverá se credenciar no sistema “**PREGÃO ELETRÔNICO**”, através do sítio www.comprasgovernamentais.gov.br. O credenciamento dar-se-á pela atribuição de chave de identificação e de **senha pessoal** e intransferível, para acesso ao sistema eletrônico.

5.2. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade legal da licitante ou de seu representante legal e presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a este Pregão Eletrônico.

5.3. O credenciamento da licitante, bem como a sua manutenção, dependerá de registro cadastral atualizado no **Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF**.

5.4. O uso da senha de acesso pela licitante é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou à SUDAM, responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

5.4.1. A perda da senha ou a quebra do sigilo deverão ser comunicadas ao provedor do sistema para imediato bloqueio do acesso.

5.5. As licitantes ou seus representantes legais deverão estar previamente cadastrados junto ao Órgão provedor, no prazo mínimo de **3 (três) dias úteis** antes da data de realização deste Pregão Eletrônico.

6 - DA IMPUGNAÇÃO DO ATO CONVOCATÓRIO

6.1. Qualquer pessoa poderá impugnar o ato convocatório do Pregão, na forma eletrônica, até 2 (dois) dias úteis antes da data fixada para abertura da sessão pública.

6.2. Caberá ao pregoeiro, auxiliado pelo setor responsável pela elaboração do Edital, decidir sobre a impugnação no prazo de até vinte e quatro horas.

6.3. Acolhida à impugnação contra o ato convocatório será designada nova data para a realização do certame, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.

7 - DOS PEDIDOS DE ESCLARECIMENTOS

7.1. Os pedidos de esclarecimentos referentes ao processo licitatório deverão ser enviados ao Pregoeiro, até 3 (três) dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública, exclusivamente por meio eletrônico via internet, nos endereços: djair.alves@sudam.gov.br.

8 – DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

8.1. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema, concomitantemente com os documentos de habilitação exigidos no edital, proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a etapa de envio dessa documentação.

8.2. O envio da proposta, acompanhada dos documentos de habilitação exigidos neste Edital, ocorrerá por meio de chave de acesso e senha.

8.3. Os licitantes poderão deixar de apresentar os documentos de habilitação que constem do SICAF, assegurado aos demais licitantes o direito de acesso aos dados constantes dos sistemas.

8.4. As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da LC nº 123, de 2006.

8.5. Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

8.6. Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema

8.7. Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta.

8.8. Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do pregoeiro e para acesso público após o encerramento do envio de lances.

9 – DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

9.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

9.1.1. Valor anual dos itens que irão compor o valor anual dos lotes;

9.1.2. Descrição do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência;

9.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.

9.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na prestação dos serviços, apurados mediante o preenchimento do modelo de Planilha de Custos e Formação de Preços, conforme anexo deste Edital;

9.3.1. A Contratada deverá arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, tais como os valores providos com o quantitativo de vale transporte, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do §1º do artigo 57 da Lei nº 8.666, de 1993.

9.3.2. Caso o eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos se revele superior às necessidades da contratante, a Administração deverá efetuar o pagamento seguindo estritamente as regras contratuais de faturamento dos serviços demandados e executados, concomitantemente com a realização, se necessário e cabível, de adequação contratual do quantitativo necessário, com base na alínea "b" do inciso I do art. 65 da Lei n. 8.666/93 e nos termos do art. 63, §2º da IN SEGES/MPDG n.5/2017.

9.4. A empresa é a única responsável pela cotação correta dos encargos tributários. Em caso de erro ou cotação incompatível com o regime tributário a que se submete, serão adotadas as orientações a seguir:

9.4.1. cotação de percentual menor que o adequado: o percentual será mantido durante toda a execução contratual;

9.4.2. cotação de percentual maior que o adequado: o excesso será suprimido, unilateralmente, da planilha e haverá glosa, quando do pagamento, e/ou redução, quando da repactuação, para fins de total ressarcimento do débito.

9.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses,

devendo o licitante ou contratada apresentar ao pregoeiro ou à fiscalização, a qualquer tempo, comprovação da adequação dos recolhimentos, para os fins do previsto no subitem anterior.

9.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento dos serviços, serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

9.7. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar os serviços nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratuais, promovendo, quando requerido, sua substituição.

9.8. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

9.9. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

9.10. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas.

9.10.1. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobre preço na execução do contrato.

10 – DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

10.1. A abertura da licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicado neste Edital.

10.2. O Pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, contenham vícios insanáveis, ilegalidades, ou não apresentem as especificações exigidas no Termo de Referência.

10.2.1. Também será desclassificada a proposta que **identifique o licitante**.

10.2.2. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

10.2.3. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

10.3. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

10.4. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

10.5. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

10.5.1. O lance deverá ser ofertado pelo valor anual/global/unitário do item/lote.

10.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

10.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

10.8. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de R\$ 20,00 (vinte reais).

10.9. Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto”, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

10.10. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

10.11. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o item anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

10.12. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente.

10.13. Encerrada a fase competitiva sem que haja a prorrogação automática pelo sistema, poderá o pregoeiro, assessorado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da sessão pública de lances, em prol da consecução do melhor preço.

11 – DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA

11.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no parágrafo único do art. 7º e no § 9º do art. 26 do Decreto n.º 10.024/2019.

11.2. A proposta deverá ser encaminhada pelo licitante exclusivamente via sistema, no prazo de 30 (trinta) minutos, contado da solicitação do pregoeiro, com os respectivos valores readequados ao lance vencedor, e será analisada pelo Pregoeiro no momento da aceitação do lance vencedor.

11.3. Será desclassificada a proposta ou o lance vencedor, nos termos do item 9.1 do Anexo VII-A da In SEGES/MP n. 5/2017, que:

11.3.1. não estiver em conformidade com os requisitos estabelecidos neste edital;

11.3.2. contenha vício insanável ou ilegalidade;

11.3.3. não apresente as especificações técnicas exigidas pelo Termo de Referência;

11.3.4. apresentar preço final superior ao preço máximo fixado (Acórdão nº 1455/2018 -TCU - Plenário), percentual de desconto inferior ao mínimo exigido, ou que apresentar preço manifestamente inexequível;

11.3.4.1. Quando o licitante não conseguir comprovar que possui ou possuirá recursos suficientes para executar a contento o objeto, será considerada inexequível a proposta de preços ou menor lance que:

11.3.4.1.1. for insuficiente para a cobertura dos custos da contratação, apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do

próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

11.3.4.1.2. apresentar um ou mais valores da proposta de custo que sejam inferiores àqueles fixados em instrumentos de caráter normativo obrigatório, tais como leis, medidas provisórias e convenções coletivas de trabalho vigentes.

11.4. Se houver indícios de inexecutabilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, na forma do § 3º do artigo 43 da Lei nº 8.666, de 1993 e a exemplo das enumeradas no item 9.4 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP N. 5, de 2017, para que a empresa comprove a executabilidade da proposta.

11.5. Quando o licitante apresentar preço final inferior a 30% (trinta por cento) da média dos preços ofertados para o mesmo item, e a inexecutabilidade da proposta não for flagrante e evidente pela análise da planilha de custos, não sendo possível a sua imediata desclassificação, será obrigatória a realização de diligências para aferir a legalidade e executabilidade da proposta.

11.6. Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a executabilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita.

11.6.1. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.

11.7. O Pregoeiro poderá convocar o licitante para enviar documento digital complementar, por meio de funcionalidade disponível no sistema, no prazo de 2 (duas) horas, sob pena de não aceitação da proposta.

11.7.1. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

11.7.2. Dentre os documentos passíveis de solicitação pelo Pregoeiro, destacam-se as planilhas de custo readequadas com o valor final ofertado.

11.8. Todos os dados informados pelo licitante em sua planilha deverão refletir com fidelidade os custos especificados e a margem de lucro pretendida.

11.9. O Pregoeiro analisará a compatibilidade dos preços unitários apresentados na proposta com aqueles praticados no mercado em relação aos insumos e também quanto aos salários das categorias envolvidas na contratação;

11.10. Erros no preenchimento da proposta não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo licitante, no prazo indicado pelo Pregoeiro, desde que não haja majoração do preço.

11.10.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

11.11. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

11.12. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

11.13. Havendo necessidade, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a continuidade da mesma.

11.14. Nos itens não exclusivos para a participação de microempresas e empresas de pequeno porte, sempre que a proposta não for aceita, e antes de o Pregoeiro passar à subsequente, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida, se for o caso.

11.15. Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, o pregoeiro verificará a habilitação do licitante, observado o disposto neste Edital.

12 – DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA

12.1. A proposta final do licitante deverá ser encaminhada no prazo de 2 (duas) horas, a contar da solicitação do Pregoeiro no sistema eletrônico e deverá:

12.1.1. ser redigida em língua portuguesa, datilografada ou digitada, em uma via, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, devendo a última folha ser assinada e as demais rubricadas pelo licitante ou seu representante legal.

12.1.2. conter a indicação do banco, número da conta e agência do licitante vencedor, para fins de pagamento.

12.2. A proposta final deverá ser documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer da execução do contrato e aplicação de eventual sanção à Contratada, se for o caso.

12.1.1. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.

13 – DA HABILITAÇÃO

13.1. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

a) SICAF;

b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (www.portaldatransparencia.gov.br/ceis);

c) Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php).

d) Lista de Inidôneos e o Cadastro Integrado de Condenações por Ilícitos Administrativos - CADICON, mantidos pelo Tribunal de Contas da União - TCU;

13.1.1. Para a consulta de licitantes pessoa jurídica poderá haver a substituição das consultas das alíneas “b”, “c” e “d” acima pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU (<https://certidoesapf.apps.tcu.gov.br/>)

13.1.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

13.1.2.1. Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

13.1.2.1.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

13.1.2.1.2. O licitante será convocado para manifestação previamente à sua desclassificação.

13.1.3. Constatada a existência de sanção, o Pregoeiro reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.

13.1.4. No caso de inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

13.2. Caso atendidas as condições de participação, a habilitação do licitantes será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos, em relação à habilitação jurídica, à regularidade fiscal, à qualificação econômica financeira e habilitação técnica, conforme o disposto na Instrução Normativa SEGES/MP nº 03, de 2018.

13.2.1. O interessado, para efeitos de habilitação prevista na Instrução Normativa SEGES/MP nº 03, de 2018 mediante utilização do sistema, deverá atender às condições exigidas no cadastramento no SICAF até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas;

13.2.2. É dever do licitante atualizar previamente as comprovações constantes do SICAF para que estejam vigentes na data da abertura da sessão pública, ou encaminhar, em conjunto com a apresentação da proposta, a respectiva documentação atualizada.

13.2.3. O descumprimento do subitem acima implicará a inabilitação do licitante, exceto se a consulta aos sítios eletrônicos oficiais emissores de certidões feita pelo Pregoeiro lograr êxito em encontrar a(s) certidão(ões) válida(s), conforme art. 43, §3º, do Decreto 10.024, de 2019.

13.3. Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados, o licitante será convocado a encaminhá-los, em formato digital, via sistema, no prazo de 2h (duas) horas, sob pena de inabilitação.

13.4. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.

13.5. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

13.6. Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

13.6.1. Serão aceitos registros de CNPJ de licitante matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

13.7. Ressalvado o disposto no item 5.3, os licitantes deverão encaminhar, nos termos deste Edital, a documentação relacionada nos itens a seguir, para fins de habilitação.

13.8. Habilitação jurídica:

13.8.1. No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

13.8.2. Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser o participante sucursal, filial ou agência;

13.8.3. No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;

13.8.4. Decreto de autorização, em se tratando de sociedade empresária estrangeira em funcionamento no País;

13.8.5. Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

13.9. Regularidade fiscal e trabalhista:

13.9.1. prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas;

13.9.2. prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

13.9.3. prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

13.9.4. prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

13.9.5. prova de inscrição no cadastro de contribuintes municipal, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

13.9.6. prova de regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do licitante, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

13.9.7. caso o licitante seja considerado isento dos tributos municipais relacionados ao objeto licitatório, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda Municipal do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei;

13.10. Qualificação Econômico-Financeira:

13.10.1. certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante;

13.10.2. balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta;

13.10.2.1. no caso de empresa constituída no exercício social vigente, admite-se a apresentação de balanço patrimonial e demonstrações contábeis referentes ao período de existência da sociedade;

13.10.2.2. é admissível o balanço intermediário, se decorrer de lei ou contrato/estatuto social.

13.10.3. comprovação da boa situação financeira da empresa mediante obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um), obtidos pela aplicação das seguintes fórmulas:

$$LG = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$SG = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

13.10.4. As empresas, cadastradas ou não no SICAF, que apresentarem resultado inferior ou igual a 1(um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), deverão comprovar patrimônio líquido de 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação ou do item pertinente.

13.11. Qualificação Técnica:

13.11.1. Comprovação de aptidão para a prestação dos serviços em características, quantidades e prazos compatíveis com o objeto desta licitação, ou com o item pertinente, mediante a apresentação de atestado(s) fornecido(s) por pessoas jurídicas de direito público ou privado.

13.11.1.1. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a serviços executados com as seguintes características mínimas:

13.11.1.1.1. A CONTRATADA deverá apresentar um ou mais atestados de capacidade técnica fornecidos por pessoa de direito público ou privado devidamente identificada, declarando ter a empresa licitante prestado ou estar prestando serviços de manutenção preventiva e corretiva em pelo menos 140 equipamentos de refrigeração do tipo Split.

13.11.1.1.2. Devido à especificidade do equipamento Self Contained e sua importância dentro do complexo da Sudam, e com a finalidade de tornar objetivo o julgamento da documentação de qualificação técnica, considera-se compatível o atestado que expressamente certifique que a licitante também já prestou serviços de manutenção em máquinas do tipo Self Contained de capacidade de 5 TR ou superior.

13.11.1.2. Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente;

13.11.1.3. O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados apresentados, apresentando, dentre outros documentos, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foram prestados os serviços, consoante o disposto no item 10.10 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP n. 5/2017.

13.11.2. A visita técnica poderá ocorrer, por meio de visita presencial, para esclarecer dúvidas, conhecer a infraestrutura disponível e os equipamentos. As empresas, cadastradas ou não no SICAF, deverão apresentar atestado de vistoria assinado pelo servidor responsável.

13.11.2.1. O atestado de vistoria poderá ser substituído por declaração emitida pelo licitante em que conste, alternativamente, ou que conhece as condições locais para execução do objeto; ou que tem pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à natureza do trabalho, assume total responsabilidade por este fato e não utilizará deste para quaisquer questionamentos futuros que ensejem desavenças técnicas ou financeiras com a contratante.

13.12. Do Compromisso e Responsabilidade com a Sustentabilidade:

a) por declaração, onde a licitante afirma possuir o compromisso e responsabilidade com a Sustentabilidade Ambiental, nos termos das exigências impostas pela IN Nº01/2010/SLTI/MPOG, bem como o item 20 do Termo de Referência, **conforme modelo constante do Anexo I.**

13.13. Para fins de habilitação neste Pregão, o licitante deverá apresentar, ainda:

a) Documento que comprove ser o licitante optante do Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (SIMPLES), se for o caso, na forma da legislação específica.

b) Declaração de inexistência de fato superveniente;

c) Declaração de que a empresa não emprega menor;

d) Declaração de elaboração independente de proposta;

e) Declaração de não utilização de trabalho degradante ou forçado;

f) Declaração de que cumpre e que atenda às regras de acessibilidade previstas na legislação, informando se os serviços são produzidos ou prestados por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social;

g) Declaração de cota de aprendizagem;

13.13.1. As declarações constantes no subitem 13.13, letras “b”, “c”, “d”, “e”, “f” e “g” devem ser encaminhadas no momento da elaboração e envio de proposta pelo Sistema, na forma prevista neste Edital.

13.14. A existência de restrição relativamente à regularidade fiscal e trabalhista não impede que a licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte seja declarada vencedora, uma vez que atenda a todas as demais exigências do edital.

13.14.1. A declaração do vencedor acontecerá no momento imediatamente posterior à fase de habilitação.

13.15. Caso a proposta mais vantajosa seja ofertada por microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa equiparada, e uma vez constatada a existência de alguma restrição no que tange à regularidade fiscal e trabalhista, a mesma será convocada para, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, após a declaração do vencedor, comprovar a regularização. O prazo poderá ser prorrogado por igual período, a critério da administração pública, quando requerida pelo licitante, mediante apresentação de justificativa.

13.16. A não-regularização fiscal e trabalhista no prazo previsto no subitem anterior acarretará a inabilitação do licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, sendo facultada a convocação dos licitantes remanescentes, na ordem de classificação. Se, na ordem de classificação, seguir-se outra microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa com alguma restrição na documentação fiscal e trabalhista, será concedido o mesmo prazo para regularização.

13.17. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a continuidade da mesma.

13.18. Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.

13.19. Nos itens não exclusivos a microempresas e empresas de pequeno porte, em havendo inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

13.20. Constatado o atendimento às exigências de habilitação fixadas no Edital, o licitante será declarado vencedor.

14 – DOS RECURSOS

14.1. O Pregoeiro declarará o vencedor e, depois de decorrida a fase de regularização fiscal e trabalhista de microempresa ou empresa de pequeno porte, se for o caso, concederá o prazo de no mínimo trinta minutos, para que qualquer licitante manifeste a intenção de recorrer, de forma motivada, isto é, indicando contra quais decisões pretende recorrer e por quais motivos, em campo próprio do sistema.

14.2. Havendo quem se manifeste, caberá ao Pregoeiro verificar a tempestividade e a existência de motivação da intenção de recorrer, para decidir se admite ou não o recurso, fundamentadamente.

14.2.1. Nesse momento o Pregoeiro não adentrará no mérito recursal, mas apenas verificará as condições de admissibilidade do recurso.

14.2.2. A falta de manifestação motivada do licitante quanto à intenção de recorrer importará a decadência desse direito.

14.2.3. Uma vez admitido o recurso, o recorrente terá, a partir de então, o prazo de três dias para apresentar as razões, pelo sistema eletrônico, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contrarrazões também pelo sistema eletrônico, em outros três dias, que começarão a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

14.3. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

14.4. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, no endereço constante neste Edital.

15 – DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

15.1. A sessão pública poderá ser reaberta:

15.1.1. Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.

15.1.2. Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar o contrato, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, §1º da LC nº 123/2006, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.

15.2. Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.

15.2.1. A convocação se dará por meio do sistema eletrônico (“chat”) ou e-mail de acordo com a fase do procedimento licitatório.

15.2.2. A convocação feita por e-mail dar-se-á de acordo com os dados contidos no SICAF, sendo responsabilidade do licitante manter seus dados cadastrais atualizados.

16 – DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

16.1. O objeto da licitação será adjudicado ao licitante vencedor, por ato do Pregoeiro, caso não haja interposição de recurso, ou pela autoridade competente, após a regular decisão dos recursos apresentados.

16.2. Após a fase recursal, constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente adjudicará o objeto e homologará o procedimento licitatório.

17 – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

17.1. As despesas decorrentes do objeto deste edital correrão à conta de recursos específicos, consignados no Orçamento Geral da União, na seguinte dotação orçamentária:

Plano de Trabalho (PT): 04122211120000001

Plano de Trabalho Resumido (PTRES): 174432

Fonte: 0100

Elemento da despesa: 339039 - prestação de serviços de pessoa jurídica, 339093 - ressarcimento

17.2. Nos demais exercícios a despesa correrá a conta de dotação específica a ser indicada por meio de apostilamento.

18 – DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES

18.1. A contratada obriga-se a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários no quantitativo de serviço, dentro do limite admitido no § 1º do art. 65 da Lei 8666/93 e alterações posteriores, consoante o item 10.5 do Anexo I deste Edital, como se aqui estivessem transcritas.

19 – DAS PENALIDADES

19.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, o licitante/adjudicatário que:

19.1.1. Não assinar o termo de contrato ou aceitar/retirar o instrumento equivalente, quando convocado dentro do prazo de validade da proposta;

19.1.2. Apresentar documentação falsa;

19.1.3. Deixar de entregar os documentos exigidos no certame;

19.1.4. Ensejar o retardamento da execução do objeto;

19.1.5. Não mantiver a proposta;

19.1.6. Cometer fraude fiscal;

19.1.7. comportar-se de modo inidôneo;

19.2. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os licitantes, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances.

19.3. O licitante/adjudicatário que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

19.3.1. Advertência por faltas leves, assim entendidas como aquelas que não acarretarem prejuízos significativos ao objeto da contratação;

19.3.2. Multa de 1% (um por cento) sobre o valor estimado do lote prejudicado pela conduta do licitante;

19.3.3. Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;

19.3.4. Impedimento de licitar e de contratar com a União e descredenciamento no SICAF, pelo prazo de até cinco anos;

19.3.4.1. A Sanção de impedimento de licitar e contratar prevista neste subitem também é aplicável em quaisquer das hipóteses previstas como infração administrativa no subitem 20.1 deste Edital.

19.3.5. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;

19.4. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

19.5. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização – PAR.

19.6. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

19.7. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

19.8. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a União ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.

19.9. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao licitante/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999.

19.10. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

19.11. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

19.12. As sanções por atos praticados no decorrer da contratação estão previstas no Termo de Referência.

19.13. As penalidades e demais sanções acerca do objeto deste certame também estão previstas no item 7.5 do Termo de Referência – Anexo I do Edital, como se aqui estivessem transcritas.

20. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO CONTRATUAL

20.1. Será exigida garantia de execução contratual na forma do item 10.5 do Termo de Referência, como se aqui estivessem transcritas.

22. DA FISCALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS

22.1. As disposições editalícias acerca do recebimento e da fiscalização dos serviços estão previstas no item 10.1 do Termo de Referência, como se aqui estivessem transcritas.

23. DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

23.1. Da Contratante: são aquelas constantes nos itens 9 do Termo de Referência, como se aqui estivessem transcritas.

23.2. Da Contratada: são aquelas constantes nos itens 13 do Termo de Referência, como se aqui estivessem transcritas.

24. DA FORMA DE PAGAMENTO

24.1. O pagamento dos serviços será efetuado mediante ordem bancária de pagamento, emitida pela Unidade Financeira da SUDAM, depois da apresentação da Nota Fiscal seguida do referido ateste da realização dos serviços, este por sua vez fundamentado pelo termo de recebimento definitivo, conforme discriminado neste Termo de Referência, no prazo de até 10 (dez) dias úteis após atestada a prestação integral das obrigações assumidas com a apresentação do relatório técnico semestral, serão dois pagamentos iguais.

24.2. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada das seguintes comprovações:

24.3. Da regularidade fiscal, constatada através de consulta "on-line" ao Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, a qual será anexada ao processo, ou na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 29 da Lei 8.666/93; e

24.4. Do cumprimento das obrigações trabalhistas, mediante consulta da certidão negativa de débitos trabalhistas.

24.5. No caso de incorreção nos documentos apresentados, inclusive na Nota Fiscal/Fatura, serão os mesmos restituídos à CONTRATADA para as correções necessárias, não respondendo a CONTRATANTE por quaisquer encargos resultantes de atraso na liquidação dos pagamentos correspondentes.

24.6. Na hipótese de atraso de pagamento da Nota Fiscal devidamente atestada, o valor devido pela CONTRATANTE deverá ser atualizado monetariamente, obedecendo a seguinte disposição da legislação:

24.7. Quando da ocorrência de eventuais atrasos de pagamento provocados exclusivamente pela Administração, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante aplicação das seguintes fórmulas:

$$I = TX / 100 * 1/365$$

$$EM = I * N * VP, \text{ onde:}$$

I = Índice de atualização financeira;

TX = Percentual da taxa de juros de mora anual;

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso.

24.8. Na hipótese de pagamento de juros de mora e demais encargos por atraso, os autos devem ser instruídos com as justificativas e motivos, e ser submetidos à apreciação da autoridade superior competente, que adotará as providências para verificar se é ou não caso de apuração de responsabilidade, identificação dos envolvidos e imputação de ônus a quem deu causa.

24.9. O pagamento será creditado em conta corrente da CONTRATADA através de ordem bancária, contra qualquer instituição bancária, devendo para isso a contratada indicar o nome do banco, agência, localidade e nº da conta corrente respectiva.

24.10. O pagamento somente será liberado após o recolhimento de eventuais multas que tenham sido impostas em decorrência de inadimplência contratual, entretanto, ressalta-se que tal recolhimento ocorrerá somente após a concessão de contraditória e ampla defesa.

24.11. A CONTRATANTE reserva-se o direito de suspender o pagamento se o serviço prestado estiver em desacordo com as especificações constantes neste Termo e seus anexos.

24.12. No caso da CONTRATADA ainda permanecer como optante pelo SIMPLES deverá anexar à nota fiscal/fatura documento que comprove esta opção, situação em que não incidirá a retenção tratada no item abaixo.

24.13. A CONTRATANTE reserva-se o direito de suspender o pagamento se o serviço prestado estiver em desacordo com as especificações constantes nestSerá efetuada a retenção na fonte dos tributos e contribuições elencados nas normas expedidas pelos Órgãos fiscais e fazendários, na forma das normas pertinentes.

24.14. Qualquer erro ou omissão havido na documentação fiscal ou na fatura será objeto de correção pela CONTRATADA e haverá, em decorrência, suspensão do prazo de pagamento até que o problema seja definitivamente regularizado.

24.15. Relatório Mensal é documento necessário para a medição dos serviços realizados e sua entrega é exigência para a medição dos serviços realizados tanto preventivos, corretivos e desinstalação e instalação, somente serão considerados executados os serviços devidamente registrados no Relatório Mensal com a apresentação das respectivas notas fiscais de serviços e Peças, portanto é obrigatório a apresentação das notas fiscais juntamente com o relatório de serviço devidamente assinado pelo preposto, a **ausência dos documentos implicará na suspensão do pagamento mensal até sua entrega.**

25. DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

25.1. Da penalidade aplicada caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis da notificação, nos termos da lei nº 8.666/93, art. 109.

26. DA VIGÊNCIA DO CONTRATO

26.1. O Contrato terá vigência por 12 (doze) meses a partir da publicação do extrato de contrato no DOU, podendo ter a sua duração prorrogada mediante termos aditivos, até o limite de 60 (sessenta) meses, nos termos do inciso II do Artigo 57 da Lei 8.666/1993.

27. DAS CARACTERÍSTICAS BÁSICAS DOS SERVIÇOS

27.1. Estão previstas no item 7 do Termo de Referência, como se aqui estivessem transcritas.

28. DA SUBCONTRATAÇÃO

28.1. Não será permitida a subcontratação neste certame.

29. DO REAJUSTE

29.1. As regras de reajuste correrão em conformidade com o disposto no item 10.6 do Termo de Referência, como se aqui estivessem transcritas.

30. DA PROIBIÇÃO DE NEPOTISMO

30.1. É vedado que familiar de agente público preste serviços no órgão ou entidade em que este exerça cargo em comissão ou função de confiança.

31. DA INEXECUÇÃO E RESCISÃO CONTRATUAL

31.1. As regras de inexecução e rescisão contratual correrão em conformidade com o disposto no item 10.3 do Termo de Referência, como se aqui estivessem transcritas.

32. DAS CONSIDERAÇÕES FINAIS

32.1. A autoridade competente para a aprovação do procedimento somente poderá revogar esta Licitação por razões de interesses públicos, decorrente de fato superveniente, devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito, e, devidamente fundamentado, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

32.2. As licitantes deverão ter pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes ao **OBJETO** desta Licitação, não podendo invocar, posteriormente, o desconhecimento como fato impeditivo ao perfeito cumprimento das obrigações assumidas ou para cobrança de serviços e/ou valores extras.

32.3. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

32.4. Não havendo expediente na SUDAM no dia marcado para a habilitação e/ou abertura das propostas, essas ocorrerão na mesma hora do primeiro dia útil subsequente, desde que não haja comunicação do Pregoeiro em sentido contrário.

32.5. Não serão considerados motivos de desclassificação e/ou inabilitação, simples omissões ou irregularidades formais na proposta e/ou documentos, desde que sejam irrelevantes para o processamento da Licitação e não firam o direito das demais licitantes.

32.6. No julgamento da habilitação e das propostas, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

32.7. É facultada ao Pregoeiro ou à autoridade competente, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo, vedada a inclusão de nova documentação.

32.8. O presente Edital e seus anexos poderão ser lidos ou obtidos, integralmente no sítio www.comprasgovernamentais.gov.br

32.9. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação;

32.10. As dúvidas decorrentes da interpretação deste Edital e seus Anexos deverão ser encaminhados ao Pregoeiro, por escrito, até três dias úteis anteriores à data fixada para recebimento das propostas, exclusivamente por meio eletrônico via internet, no endereço indicado neste Edital.

32.11. A contratada fica obrigada a manter, durante toda a vigência do contrato, a sua execução em compatibilidade com as obrigações nele assumidas, bem como deverá manter todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na forma deste Edital e seus anexos.

Belém, 13 de agosto de 2020.

Djair Bandeira Alves
Pregoeiro

ANEXO II – MODELO DE PROPOSTA

LOTE 1: (COMPOSTO PELOS ITENS 1, 2, 3 E 4)			
ITEM 1			
SERVIÇOS DE INSTALAÇÃO/REMOÇÃO MENSAL DE EQUIPAMENTOS			
ITEM	Quantidade (Q)	Valor Unitário (U)	Valor Total (Q x U)
INSTALAÇÃO SPLIT HI WALL 9.000 BTU/h INSTALAÇÃO SPLIT HI WALL 12.000 BTU/h INSTALAÇÃO SPLIT HI WALL 18.000 BTU/h com fornecimento de tubulação frigorígena com mínimo de 6 m adequadas à carga térmica especificadas no equipamento, carga de gás, fita de pvc , suporte em aço para condesadora e evaporadoras,calços de borracha, tubos de isolamento térmico, material isolante, cabos elétricos/cabos PP/disjuntores/ ou demais materiais,	1	R\$	R\$
INSTALAÇÃO SPLIT HI WALL 22.000 BTU/h INSTALAÇÃO SPLIT HI WALL 24.000 BTU/h INSTALAÇÃO SPLIT CASSETE 24.000 BTU/h com fornecimento de tubulação frigorígena com mínimo de 6 m adequadas à carga térmica especificadas no equipamento, carga de gás, fita de pvc , suporte em aço para condesadora e evaporadoras,calços de borracha, tubos de isolamento térmico, material isolante, cabos elétricos/cabos PP/disjuntores/ ou demais materiais,	2	R\$	R\$
INSTALAÇÃO SPLIT HI WALL 30.000 BTU/h INSTALAÇÃO SPLIT HI WALL 60.000 BTU/h INSTALAÇÃO SPLIT CASSETE	4	R\$	R\$

60.000 BTU/h com fornecimento de tubulação frigorígena com mínimo de 6 m adequadas à carga térmica especificadas no equipamento, carga de gás, fita de pvc , suporte em aço para condesadora e evaporadoras,calços de borracha, tubos de isolamento térmico, material isolante, cabos elétricos/cabos PP/disjuntores/ ou demais materiais,			
--	--	--	--

Total de serviços de Instalação / Remoção Equipamentos (MENSAL VARIÁVEL ESTIMADO)	7		
---	---	--	--

Valor Mensal Instalação (VI)	R\$	Σ(Q x U)	
-------------------------------------	------------	-----------------	--

Valor Total de Instalação (VTI)	R\$	12 X VI	
--	------------	----------------	--

ITEM 2

SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA DE EQUIPAMENTOS
--

ITEM	Quantidade (Q)	Valor Unitário (U)	Valor Total (Q x U)
MANUT. PREVENTIVA SPLIT HI WALL 9.000 BTUS/h	1	R\$	R\$
MANUT. PREVENTIVA SPLIT HI WALL 12.000 BTUS/h	1	R\$	R\$
MANUT. PREVENTIVA SPLIT HI WALL 18.000 BTUS/h	2	R\$	R\$
MANUT. PREVENTIVA SPLIT HI WALL 22.000 BTUS/h	6	R\$	
MANUT. PREVENTIVA SPLIT HI WALL 24.000 BTUS/h			
MANUT. PREVENTIVA SPLIT CASSETE 24.000 BTUS/h			
MANUT. PREVENTIVA SPLIT HI			

WALL 30.000	6	R\$	
BTUS/h			
MANUT. PREVENTIVA SPLIT HI WALL 36.000			
BTUS/h	4	R\$	
MANUT. PREVENTIVA SPLIT HI WALL 48.000			
BTUS/h			
MANUT. PREVENTIVA SPLIT HI WALL 58.000			
BTUS/h			
MANUT. PREVENTIVA SPLIT HI WALL 60.000			
BTUS/h			
MANUT. PREVENTIVA SPLIT CASSETE 60.000			
BTUS/h	1	R\$	
MANUT. PREVENTIVA DE SELF WALL MOUNTED			
MANUT. PREVENTIVA DE GELADEIRAS			
MANUT. PREVENTIVA DE BEBEDOUROS			
MANUT. PREVENTIVA DE REFRIG. COMPACTOS			
Total de Serviços de Manutenção Preventiva (MENSAL Variável, Mínimo de 27 e máximo de 35 ordens de serviço preventivas)	2	R\$	R\$
			27
Valor Mensal Manut. Preventivas (VP)		R\$	Σ(Q x U)
Valor Total da Manutenção Preventiva (VTP)		R\$	12 x VP
ITEM 3			
SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO CORRETIVA DE EQUIPAMENTOS (Estimado)			
ITEM	Quantidade (Q)	Valor Unitário (U)	Valor Total (Q x U)
MANUT. SPLIT HI WALL 9.000 BTUS/h com o fornecimento das seguintes peças e insumos: sensor de ambiente, sensor de temperatura, sensor de degelo, capacitores, fusíveis, parafusos, tubos isolantes de polietileno, terminais elétricos,	1	R\$	R\$

gases refrigerantes (Carga parcial ou total) , trapo, oxigênio, nitrogênio, acetileno, varetas de soldagem devem estar inclusas no preço. As demais peças serão pagas via ressarcimento.			
MANUT. SPLIT HI WALL 12.000 BTUS/h com o fornecimento das seguintes peças e insumos: sensor de ambiente, sensor de temperatura, sensor de degelo, capacitores, fusíveis, parafusos, tubos isolantes de polietileno, terminais elétricos, gases refrigerantes (Carga parcial ou total) , trapo, oxigênio, nitrogênio, acetileno, varetas de soldagem devem estar inclusas no preço. As demais peças serão pagas via ressarcimento.	1	R\$	R\$
.MANUT. SPLIT HI WALL 18.000 BTUS/h com o fornecimento das seguintes peças e insumos: sensor de ambiente, sensor de temperatura, sensor de degelo, capacitores, fusíveis, parafusos, tubos isolantes de polietileno, terminais elétricos, gases refrigerantes (Carga parcial ou total) , trapo, oxigênio, nitrogênio, acetileno, varetas de soldagem devem estar inclusas no preço. As demais peças serão pagas via ressarcimento.	2	R\$	R\$
MANUT. SPLIT HI WALL INVERTER 22.000 BTUS/h com o fornecimento das seguintes peças e insumos: sensor de ambiente, sensor de temperatura, sensor de degelo, capacitores, fusíveis, parafusos, tubos isolantes de polietileno, terminais elétricos, gases refrigerantes (Carga parcial ou total) , trapo, oxigênio, nitrogênio, acetileno, varetas de soldagem devem estar inclusas no preço. As demais peças serão pagas via ressarcimento.	2	R\$	R\$
MANUT. SPLIT HI WALL 24.000 BTUS/h com o fornecimento das	3	R\$	R\$

seguintes peças e insumos: sensor de ambiente, sensor de temperatura, sensor de degelo, capacitores, fusíveis, parafusos, tubos isolantes de polietileno, terminais elétricos, gases refrigerantes (Carga parcial ou total) , trapo, oxigênio, nitrogênio, acetileno, varetas de soldagem devem estar inclusas no preço. As demais peças serão pagas via ressarcimento.			
MANUT. SPLIT CASSETE 24.000 BTUS/h com o fornecimento das seguintes peças e insumos: sensor de ambiente, sensor de temperatura, sensor de degelo, capacitores, fusíveis, parafusos, tubos isolantes de polietileno, terminais elétricos, gases refrigerantes (Carga parcial ou total) , trapo, oxigênio, nitrogênio, acetileno, varetas de soldagem devem estar inclusas no preço. As demais peças serão pagas via ressarcimento.	1	R\$	R\$
MANUT. SPLIT CASSETE 28.000 BTU/h com o fornecimento das seguintes peças e insumos: sensor de ambiente, sensor de temperatura, sensor de degelo, capacitores, fusíveis, parafusos, tubos isolantes de polietileno, terminais elétricos, gases refrigerantes (Carga parcial ou total) , trapo, oxigênio, nitrogênio, acetileno, varetas de soldagem devem estar inclusas no preço. As demais peças serão pagas via ressarcimento.	1	R\$	R\$
MANUT. SPLIT HI WALL 30.000 BTUS/h com o fornecimento das seguintes peças e insumos: sensor de ambiente, sensor de temperatura, sensor de degelo, capacitores, fusíveis, parafusos, tubos isolantes de polietileno, terminais elétricos, gases refrigerantes (Carga parcial ou total) , trapo, oxigênio, nitrogênio, acetileno, varetas de soldagem devem estar inclusas no preço. As demais peças serão pagas via ressarcimento.	7	R\$	R\$

MANUT. SPLIT HI WALL 36.000 BTU/h com o fornecimento das seguintes peças e insumos: sensor de ambiente, sensor de temperatura, sensor de degelo, capacitores, fusíveis, parafusos, tubos isolantes de polietileno, terminais elétricos, gases refrigerantes (Carga parcial ou total) , trapo, oxigênio, nitrogênio, acetileno, varetas de soldagem devem estar inclusas no preço. As demais peças serão pagas via ressarcimento.	1	R\$	R\$
MANUT, SPLIT HI WALL 48.000 BTU/h com o fornecimento das seguintes peças e insumos: sensor de ambiente, sensor de temperatura, sensor de degelo, capacitores, fusíveis, parafusos, tubos isolantes de polietileno, terminais elétricos, gases refrigerantes (Carga parcial ou total) , trapo, oxigênio, nitrogênio, acetileno, varetas de soldagem devem estar inclusas no preço. As demais peças serão pagas via ressarcimento.	1	R\$	R\$
MANUT, SPLIT HI WALL 58.000 BTU/h com o fornecimento das seguintes peças e insumos: sensor de ambiente, sensor de temperatura, sensor de degelo, capacitores, fusíveis, parafusos, tubos isolantes de polietileno, terminais elétricos, gases refrigerantes (Carga parcial ou total) , trapo, oxigênio, nitrogênio, acetileno, varetas de soldagem devem estar inclusas no preço. As demais peças serão pagas via ressarcimento.	1	R\$	R\$
MANUT. SPLIT HI WALL 60.000 BTUS/h com o fornecimento das seguintes peças e insumos: sensor de ambiente, sensor de temperatura, sensor de degelo, capacitores, fusíveis, parafusos, tubos isolantes de polietileno, terminais elétricos, gases refrigerantes (Carga parcial ou total) , trapo, oxigênio, nitrogênio, acetileno, varetas de soldagem devem estar inclusas no preço. As demais peças serão pagas via ressarcimento.	2	R\$	R\$

<p>MANUT. SPLIT CASSETE 60.000</p> <p>BTUS/h com o fornecimento das seguintes peças e insumos: sensor de ambiente, sensor de temperatura, sensor de degelo, capacitores, fusíveis, parafusos, tubos isolantes de polietileno, terminais elétricos, gases refrigerantes (Carga parcial ou total) , trapo, oxigênio, nitrogênio, acetileno, varetas de soldagem devem estar inclusas no preço. As demais peças serão pagas via ressarcimento.</p>	1	R\$	R\$
<p>MANUT. DE SELF WALL MOUNTED com o fornecimento das seguintes peças e insumos: sensor de ambiente, sensor de temperatura, sensor de degelo, capacitores, fusíveis, parafusos, tubos isolantes de polietileno, terminais elétricos, gases refrigerantes (Carga parcial ou total) , trapo, oxigênio, nitrogênio, acetileno, varetas de soldagem devem estar inclusas no preço. As demais peças serão pagas via ressarcimento.</p>	1	R\$	R\$
<p>MANUT. DE GELADEIRAS com o fornecimento das seguintes peças e insumos: termostatos, protetor térmico, sensor de temperatura, sensor de degelo, capacitores, fusíveis, parafusos, tubos isolantes de polietileno, terminais elétricos, gases refrigerantes (Carga parcial ou total) , trapo, oxigênio, nitrogênio, acetileno, varetas de soldagem devem estar inclusas no preço. As demais peças serão pagas via ressarcimento.</p>	1	R\$	R\$
<p>MANUT. DE BEBEDOUROS com o fornecimento das seguintes peças e insumos: Torneira, sensor de temperatura, sensor de degelo, capacitores, fusíveis, parafusos, tubos isolantes de polietileno, terminais elétricos, gases refrigerantes (Carga parcial ou total) , trapo, oxigênio, nitrogênio, acetileno, varetas de soldagem devem estar inclusas no preço. As</p>	1	R\$	R\$

demais peças serão pagas via ressarcimento.			
MANUT. DE REFRIG. COMPACTOS com o fornecimento das seguintes peças e insumos: Protetor, termico, termostato, sensor de ambiente, sensor de temperatura, sensor de degelo, capacitores, fusíveis, parafusos, tubos isolantes de polietileno, terminais elétricos, gases refrigerantes (Carga parcial ou total) , trapo, oxigênio, nitrogênio, acetileno, varetas de soldagem devem estar inclusas no preço. As demais peças serão pagas via ressarcimento.	1	R\$	R\$
Total de Serviços Estimados de Manutenção Corretiva (MENSAL VARIÁVEL)	28		
	R\$ Σ(Q x U)		
Valor Mensal Manut. Corretivas (VC)			
	R\$ 12 x VC		
Valor Total da Manutenção Corretiva (VTC)			
ITEM 04			
ESTIMATIVA DE RESSARCIMENTO DE PEÇAS PARA MANUTENÇÕES CORRETIVAS DE EQUIPAMENTOS			
ITEM	Quantidade (Q)	Valor Mensal (U)	Valor Total (Q x U)
RESSARCIMENTO DE MATERIAL DE CONSUMO/ PEÇAS PARA MANUTENÇÕES CORRETIVAS QUANDO NECESSÁRIO (NÃO PODE SER ALTERADO PELO LICITANTE)	12	R\$ 1.200,00	R\$ 14.400,00
VALOR GLOBAL DO LOTE (ITEM 1 + ITEM 2 + ITEM 3 + ITEM 4)	Valor Mensal R\$		Valor Anual R\$

ANEXO III

MODELO DE DECLARAÇÃO DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

Pregão Eletrônico nº. 02/2020
Processo nº 59004/000047/2020-38

Declaramos, sob as penas da lei, na qualidade de proponentes do procedimento licitatório sob a modalidade Pregão Eletrônico nº 10/2019, instaurado pela Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia, de que atendemos aos critérios de sustentabilidade ambiental, respeitando as normas de proteção do meio ambiente, conforme estabelece a Instrução Normativa nº 01, de 19 de janeiro de 2010, nos casos em que a referida instrução se aplica ao objeto, bem como o item 20 do Termo de Referência.

Por ser a expressão da verdade, firmamos a presente.

_____, _____ de _____ de 2020

Assinatura do responsável pela empresa
Nome do responsável pela empresa

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA NOS EQUIPAMENTOS DE REFRIGERAÇÃO DA SUDAM, COM FORNECIMENTO DE PEÇAS, QUE ENTRE SI FAZEM A SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DA AMAZÔNIA – SUDAM E A EMPRESA.....:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DA APROVAÇÃO E DA LICITAÇÃO

CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO

CLÁUSULA TERCEIRA – DA VINCULAÇÃO AO EDITAL

3.1. Este instrumento de Contrato e seus Anexos guardam inteira conformidade com os termos do Edital de Pregão Eletrônico nº 02/2020 e da proposta da contratada, doc SEI nº XXX, constante no processo nº 59004/000047/2020-38, sendo dele parte integrante e inseparável, como se aqui estivessem integralmente transcritos.

CLÁUSULA QUARTA – DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

4.1. A CONTRATADA por força deste instrumento, e em submissão às condições estabelecidas no Termo de Referência, obriga-se a prestar com zelo e eficiência os serviços de acordo com as especificações contidas no Anexo I do Edital, atendidas as normas previstas na IN nº 05/2017 – SLTI, parte integrante deste contrato.

CLÁUSULA QUINTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

5.1. As despesas decorrentes do objeto deste edital correrão à conta de recursos específicos, consignados no Orçamento Geral da União, na seguinte dotação orçamentária:

Plano de Trabalho (PT): 04122211120000001

Plano de Trabalho Resumido (PTRES): 174432

Fonte: 0100

Elemento da despesa: 339039 - prestação de serviços de pessoa jurídica, 339093 - ressarcimento

5.2. Nos demais exercícios a despesa correrá a conta de dotação específica a ser indicada por meio de apostilamento.

CLÁUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

6.1. A CONTRATADA deverá zelar pelo fiel cumprimento das atribuições descritas nos item 13 do Termo de Referência parte integrante deste contrato como se aqui transcrito estivesse.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

7.1. Além das obrigações decorrentes da observância da legislação pertinente, são obrigações da Contratante as contidas no item 9 do Termo de Referência, parte integrante deste contrato como se aqui transcrito estivesse.

CLÁUSULA OITAVA – DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

8.1. O valor do contrato mensal será de R\$ (.....), perfazendo o valor para 12 meses de R\$ (.....) tendo sido para tal fim emitida a Nota de Empenho nº.....

8.2. As condições de pagamento são aquelas dispostas no item 14 do Anexo I do Edital – Termo de Referência, como se aqui transcritas estivessem.

CLÁUSULA NONA – DA VIGÊNCIA DO CONTRATO

9.1. O Contrato terá vigência por 12 (doze) meses a partir da publicação do extrato de contrato no DOU, podendo ter a sua duração prorrogada mediante termos aditivos, até o limite de 60 (sessenta) meses, nos termos do inciso II do Artigo 57 da Lei 8.666/1993.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA FISCALIZAÇÃO

10.1. As disposições da fiscalização dos serviços estão previstas no item 10.1 Termo de referência parte integrante deste contrato como se aqui transcrito estivesse.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

11.1. São aquelas dispostas no item 7.5 do Termo de Referência, como se aqui transcritas estivessem.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO REAJUSTE E PRORROGAÇÃO

12.1. São aquelas dispostas no item 10.6 do Termo de Referência, como se aqui transcritas estivessem.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA ALTERAÇÃO

13.1. Poderá este Contrato ser objeto de alteração, ante circunstâncias de fatos supervenientes, consoante disposições do art. 65 da Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, observadas as formalidades legais e mediante assinatura de Termo Aditivo, numerado em ordem crescente e publicado no Diário Oficial da União.

13.2. A contratada obriga-se a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários no quantitativo de serviço, dentro do limite admitido no § 1º do art. 65 da Lei 8666/93 e alterações posteriores.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA– DA RESCISÃO CONTRATUAL

14.1. São motivos para rescisão de maneira automática critério da CONTRATANTE, independente de interpelação judicial, em qualquer fase de execução, sem que a CONTRATADA tenha direito à indenização de qualquer espécie, assegurado o contraditório e ampla defesa, nos seguintes casos:

- a) Descumprimento ou cumprimento irregular de quaisquer das obrigações contratuais, especificações ou prazos, salvo se a CONTRATANTE optar pela aplicação de multa prevista na Lei nº 8.666/93;
- b) Não permitir ou impedir o livre acesso do pessoal credenciado pela CONTRATANTE para exercer a fiscalização dos serviços, bem como o desatendimento de suas determinações regulares;
- c) por determinação superior, visando disciplinar a Administração Federal.

14.2. A Sudam poderá ainda rescindir de pleno direito o contrato que vier a ser assinado em decorrência desta licitação, independentemente de interpelação judicial ou extrajudicial, desde que motivado o ato e assegurados à CONTRATADA o contraditório e a ampla defesa quando ocorrerem quaisquer das situações descritas no art. 78 da Lei nº 8.666/93, ou quando:

- a) Vier a ser atingido por protesto de título, execução fiscal ou outros fatos que comprometam a sua capacidade econômico-financeira;
- b) Quebrar o sigilo profissional;
- c) Utilizar, em benefício próprio ou de terceiros, informações não divulgadas ao público e as quais tenha acesso por força de suas atribuições e que contrariem as condições estabelecidas pela Sudam; e
- d) Na hipótese de ser anulada a adjudicação em virtude de qualquer dispositivo legal que a autorize

14.3. Reserva-se ainda à CONTRATANTE o direito de rescindir o presente Contrato, no todo ou em parte, na ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovado, impeditivo da execução do contrato, mediante aviso por escrito, com antecedência mínima de 10 (dez) dias.

14.4. Convindo às partes, poderá este Contrato ser rescindido por mútuo acordo, sempre que esta rescisão não traga prejuízo à CONTRATANTE;

14.5. Qualquer que seja a hipótese de rescisão fica a CONTRATADA responsável pelo cumprimento das obrigações trabalhistas dela decorrentes;

14.6. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo, assegurado o contraditório e a ampla defesa;

14.7. Aplicam-se, ainda, as disposições dos arts. 77 a 80, combinados com o art. 55, inciso IX, da Lei nº 8.666/93, no caso de inexecução e rescisão do presente Contrato, como se neste instrumento transcritas fossem;

14.8. Resguarda-se o direito à Administração, de a qualquer tempo rescindir este contrato, desde que devidamente justificada a conveniência administrativa, na forma em lei permitida.

14.9. Ficam reconhecidos os direitos da Administração em caso de rescisão administrativa prevista nos artigo 77 da Lei Federal nº 8.666/93 e alterações posteriores.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS CASOS FORTUITOS OU DE FORÇA MAIOR

15.1. Tal como prescrito na Lei, a Contratante e a Contratada não serão responsabilizadas por fatos comprovadamente decorrentes de casos fortuitos ou de força maior, ocorrências eventuais cuja solução se buscará mediante acordo interpartes.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA GARANTIA CONTRATUAL

16.1. É aquela disposta no item 10.5 do Termo de Referência, como se aqui transcrita estivessem.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DA PUBLICAÇÃO

17.1. O presente Contrato será publicado no D.O.U., até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura, para ocorrer no prazo de 20 (vinte) dias daquela data, na forma do art. 61, parágrafo único da Lei nº 8.666/93 e suas alterações, correndo a respectiva despesa por conta da CONTRATANTE.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DO FORO

18.1. Fica eleito o foro da Justiça Federal, Seção Judiciária do Estado do Pará, para dirimir qualquer pendência com relação ao cumprimento deste Contrato.

18.2. E, por assim estarem de acordo, firmam o presente Contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para que produza seus efeitos legais, na presença das testemunhas abaixo, que também o subscrevem.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

19.1. A Administração da Contratante analisará, julgará e decidirá, em cada caso, as questões alusivas a incidentes que se fundamentem em motivos de caso fortuito ou de força maior.

Subcláusula primeira: Para os casos previstos no *caput* desta cláusula, a Contratante poderá atribuir a uma comissão, por esta designada, a responsabilidade de apurar os atos e fatos comissivos ou omissivos que se fundamentem naqueles motivos.

Subcláusula segunda: Os agentes públicos responderão, na forma da lei, por prejuízos que, em decorrência de ação ou omissão dolosa ou culposa, causarem à Administração no exercício de atividades específicas do cumprimento deste contrato, inclusive nas análises ou autorizações excepcionais constantes nestas "Disposições Finais".

Subcláusula terceira: As exceções aqui referenciadas serão sempre tratadas com máxima cautela, zelo profissional, senso de responsabilidade e ponderação, para que ato de mera e excepcional concessão do Contratante, cujo objetivo final é o de atender tão somente ao interesse público, não seja interpretado como regra contratual.

Subcláusula quarta: Para assegurar rápida solução às questões geradas em face da perfeita execução do presente contrato, fica desde já compelida a Contratada a avisar, por escrito e de imediato, qualquer alteração em seu endereço ou telefone.

Subcláusula quinta: Quaisquer tolerâncias entre as partes não importarão em novação de qualquer uma das cláusulas ou condições estatuídas neste contrato, as quais permanecerão íntegras.

Subcláusula sexta: Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a legislação pertinente aplicável à espécie.

Subcláusula sétima: O contratado é obrigado a manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

Belém, de de 2020.

p/ CONTRATANTE

p/ CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

CPF nº

CPF nº